



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 120/121

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE SETEMBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democrata		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PL	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Luiz Claudio Romanelli</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>Democratas</i>	<i>Plauto Miró</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Welter</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PTB</i>	<i>Fábio Camargo</i>
<i>Bloco PPS/PMN</i>	<i>Dr. Batista</i>
<i>Bloco PSB/PR/PRB/PV</i>	<i>Reni Pereira</i>

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

S U M Á R I O S

DIÁRIO Nº 120

107ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	03
Presenças	03
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Indicações	04
Requerimentos	04
Projetos de Lei	05
Pequeno Expediente:	
Dep. Elio Rusch	07
Dep. Luciana Rafagnin	09
Dep. Augustinho Zucchi	12
Grande Expediente:	
Dep. Jocelito Canto	14
Horário das Lideranças:	
Liderança do Partido Democratas	
Dep. Elio Rusch	08
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	17
Discussão/Votação	
Redação Final	17
3ª Discussão	18
2ª Discussão	18
1ª Discussão	18
Requerimentos	19
Encerramento da Sessão	20

DIÁRIO Nº 121

108ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	21
Presenças.....	21
Abertura da Sessão	21
Ordem do Dia:	
Discussão/Votação	
Redação Final	22
3ª Discussão	22
2ª Discussão	23
Encerramento da Sessão	23
Publicações:	
Comissão Executiva	
Atos.....	23
Diretoria Geral	
Portarias	23
Publicações Administrativas:	
Balancetes Financeiros	
Julho.....	25
Agosto.....	28

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 120

107ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....03

Presenças.....03

Abertura da Sessão03

Expediente:

Indicações04

Requerimentos04

Projetos de Lei.....05

Pequeno Expediente:

Dep. Elio Rusch.....07

Dep. Luciana Rafagnin.....09

Dep. Augustinho Zucchi.....12

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto 14

Horário das Lideranças:

Liderança do Partido Democratas

Dep. Elio Rusch 08

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 17

Discussão/Votação

Redação Final 17

3ª Discussão 18

2ª Discussão 18

1ª Discussão 18

Requerimentos..... 19

Encerramento da Sessão 20

DIÁRIO Nº 120

107ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Jocelito Canto e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Elio Rusch, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Luiz Nishi-

mori, Mamede, Mauro Moraes, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Stephanes Júnior, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (31).

Ausentes os Srs. Deputados: Ademar Traiano, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Welter, Fábio Camargo, Miltinho Pupio, Ney Leprevost e Pedro Ivo (10).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Cida Borghetti, Dr. Batista, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Luiz Claudio Romanelli, Marcelo Rangel, Nereu Moura, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira e Tadeu Veneri (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicação

INDICAÇÃO Nº 309/07

SÚMULA:

Sugere ao Poder Executivo efetuar, com o município de Faxinal, a permuta dos imóveis que especifica.

Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Waldyr Pugliesi dirige-se a V. Exa. para sugerir a permuta dos imóveis, com o município de Faxinal, conforme segue:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar, com o município de Faxinal, a permuta do imóvel do patrimônio estadual constituído por área urbana formada pela quadra 22, com área de 1888,00 m², matrícula nº 10680 do registro de imóveis da comarca de Faxinal, pelo imóvel do patrimônio municipal constituído pelo terreno urbano com área de 2727,00 m², matrícula nº 11261/1, do registro de imóveis da comarca de Faxinal, com autorização de permuta concedida pela Lei Municipal nº 1156/06.

Art. 2º No imóvel recebido pelo município, será instalada a sede do Bombeiro Comunitário e no imóvel recebido pelo estado, funcionará o Batalhão da Polícia Militar do Paraná, ficando anulada a presente autorização, em caso de inobservância nas destinações aqui descritas.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.09.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei objetiva regularizar a situação do terreno urbano do patrimônio municipal com área de 2727,00 m² (dois mil, setecentos e vinte e sete metros quadrados), que abriga há muitos anos o Batalhão da Polícia Militar e definir a doação do terreno do patrimônio estadual constituído por área de 1880,00 m² (um mil e oitocentos e oitenta metros quadrados), ao município de Faxinal, para construção da sede do Bombeiro Comunitário, com autorização de permuta concedida pela Lei Municipal nº 1156/06.

O município de Faxinal já assinou convênio com o estado do Paraná no programa Bombeiro Comunitário e apesar de já ter atendido mais de 300 ocorrências funciona em condições precárias, no antigo prédio do Batalhão da Polícia Militar.

A presente lei ora proposta à apreciação de V. Exa. atende plenamente os interesses da administração, sendo indiscutivelmente, oportuno e necessário, pois vem viabilizar a implementação do Programa

Bombeiro Comunitário, desenvolvido pelo Governo do Paraná, em consonância com os anseios daquela comunidade.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2903

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 27 de setembro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 26.09.07.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 2897

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência para o Deputado Ney Leprevost, pois, ausentar-se-á deste plenário na Sessão do dia 26 do mês corrente, em razão de reunião da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 26.09.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2898

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 689/07, que estabelece critérios para a publicação de atos relativos a arrecadação de tributos ou procedimentos fiscais, de nossa autoria.

Sala das Sessões, em 26.09.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2899

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 11 de outubro próximo, para explanação do Dr. José Sebastião Fagundes Cunha, sócio-proprietário do CESCAGE - Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais, sobre projeto desenvolvido por aquela instituição de ensino, de extração de etanol da batata-doce.

Sala das Sessões, em 26.09.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2896

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário

rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Olivina Novelin Bail.

Sala das Sessões, em 26.09.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2901

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Iria Vendrame Conti, ocorrido no dia 08 de setembro do corrente, na cidade de Medianeira, e que seja enviada mensagem de condolências à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26.09.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Da família pioneira da cidade de Medianeira, a Sra. Iria Vendrame Conti deixará muitas saudades aos seus familiares e amigos, em cuja comunidade era muito querida, onde criou, educou e ensinou o caminho da vida a seus filhos e demais descendentes, sendo um exemplo de esposa, mãe, sogra, avó e bisavó.

Como uma última homenagem a Sra. Iria, gostaríamos de deixar consignado no livro que registra a história desta Assembléia Legislativa, o seu passamento, que representa grande lacuna na sociedade medianeirense e que jamais será preenchida.

REQUERIMENTO Nº 2895

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Julio Balcewicz e Irene Meotti Balcewicz, pela celebração de bodas de ouro, completando assim 50 anos de feliz união conjugal, cuja comemoração se realizará no dia 29 de setembro de 2007, na cidade de Toledo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná compartilha da felicidade e alegria do casal, apresentando os votos de louvor, congratulações e muito aplauso, extensivos aos filhos, netos, genros e todos os familiares.

Cumprimentos também à comunidade de Toledo, por ter em seu meio o ilustre casal Julio e Irene, que ao longo dos anos muito trabalhou e ainda participa ativamente da vida comunitária, pelo que são reconhecidos e respeitados pelo seu modo de ser, sentir e agir como cidadãos responsáveis e preocupados com tudo que diz respeito ao bem coletivo.

Sala das Sessões, em 26.09.07.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2902

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, envio de expediente à Polícia Federal de Londrina, parabenizando e desejando sucesso na condução da Delegacia de Londrina ao novo Delegado-Chefe Dr. Evaristo Kuceki.

Sala das Sessões, em 26.09.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 695/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado de Prefeito Paulino Stédile, o trecho da Rodovia PR-562, do município de Coronel Vivida ao de Honório Serpa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.09.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É grande a nossa satisfação, neste momento, ao redigirmos este projeto de lei, em termos simples e sincero, para homenagear um grande saudoso amigo Paulino Stédile, para a denominação de seu nome a Rodovia PR-562, no trecho Coronel Vivida à Honório Serpa.

Paulino Stédile, nasceu no dia 24 de fevereiro de 1925 no município de Joaçaba, Santa Catarina. Era filho de Luiz Stédile e Dona Rosa Francine Stédile, deixou viúva, Dona Ondina e os filhos: Celso, Nelson e Geni de Fátima. Faleceu em 14 de abril de 1989. Chegou ao Paraná no Distrito de Barro Preto, (Coronel Vivida) - Foi comerciante e industrial. Vereador em Manguaerinha. Em 1959 foi eleito novamente o Vereador mais votado.

Em 14 de dezembro de 1955, foi instalado o município de Coronel Vivida, sendo Paulino Stédile, eleito o primeiro Prefeito Municipal. Em 1972, foi eleito novamente Prefeito.

Paulino Stédile, nunca fugiu a dupla exigência da ética, da convicção e da responsabilidade, afirmando valores e preocupando-se com as consequências do atrito entre esses ideais e o mundo real, com seu cortejo de acertos ou erros, sucessos ou fracassos a serem uns e outros, integrantes assumidos pelo homem público.

O contrário que diuturnamente o Vereador ou Prefeito Municipal exercita junto à população lhe faz. Um destacado e genuíno interprete dos mais legítimos anseios e interesses do cidadão perante as autoridades municipais.

Cultivar as grandes amizades e sonhos que ele sabia serem possíveis, Paulino Stédile, pertenceu aquela geração de homem considerados verdadeiros carvalhos humanos!!!

“Sonho que se sonha só

É um sonho.

Sonho que se sonha junto
Torna-se realidade.”

Esperamos à compreensão dos nobres colegas para a operação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 696/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam introduzidas alterações na legislação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Art. 2º Fica reduzida a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto a seguir indicado, de forma que passe a ser de 5% (cinco por cento), sobre o valor da operação do seguinte produto:

I - querosene combustível para a aviação.

Art. 3º A presente lei se aplicará às operações com o mencionado produto nos municípios de Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.09.07.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

As empresas aéreas sob o fundamento de corte de custos vêm suspendendo vôos de importantes regiões do estado, em prejuízo dessas regiões e de seus habitantes.

Isso tudo é resultado dos altos custos operacionais e principalmente do preço a gasolina de avião.

A presente proposição, ao reduzir a base de cálculo do imposto incidente no combustível de avião, visa estimular a reabertura e a criação de vôos no estado, fazendo do estado do Paraná uma nova rota na aviação nacional, pois tal redução fará com que grandes empresas aéreas abasteçam suas aeronaves em aeroportos de menor movimentação em razão do preço pago pelo combustível ser mais acessível.

Isso resultará um posterior desenvolvimento regional, uma vez que essa redução aumentará o desenvolvimento dos aeroportos do interior do estado, mas especificamente as cidades de Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu. Porém, tal medida não acarretará uma diminuição do fluxo nos aeroportos de grande circulação do estado, uma vez que, já está devidamente consolidada a rota nos aeroportos de Curitiba e região metropolitana.

Tal medida, trará uma série de benefícios correlatos ao estado, dentre eles irá proporcionar um aumento no comércio e conseqüentemente no turismo no interior do estado e ainda, com relação a segurança, fará com que

os aviões voem com o nível de combustível normal, sem excessos. O que vemos hoje no Brasil são aviões voando com um nível de combustível muito acima do normal em razão da redução de custos, e essa lei fará com que as aeronaves voem com combustível somente para aquele trajeto, tornando assim o voo ainda mais seguro.

Tal proposta está devidamente amparada na Constituição Federal, mais especificamente nos artigos 155, III, que estabelece que competem aos estados e ao distrito federal instituir impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal.

Ainda, estabelece a Constituição Federal em seu artigo 24, I, ser de competência concorrente da união, estados e distrito federal legislar sobre Direito Tributário e a Constituição Estadual e, seu artigo 53, III, estabelece que cabe a Assembléia Legislativa, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente tributos e arrecadação.

A redução da Base de Cálculo do ICMS sobre a AVGAS não acarretará problemas para os cofres do estado, levando em consideração que o impacto gerado pela redução será compensado com o aumento significativo da circulação de aeronaves nas regiões beneficiadas.

Ainda, é relevante ressaltar que a lei irá proporcionar um aumento de fiscalização por parte das autoridades competentes em razão do descongestionamento dos grandes aeroportos e por conseqüência um aumento na arrecadação.

PROJETO DE LEI Nº 697/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A Política Estadual de Incentivo ao Turismo para o Idoso consiste na formulação da política do desenvolvimento turístico do estado voltada para geração de emprego e renda.

Parágrafo Único. Considera-se turismo para o idoso a prática de atividades adequadas e planejadas para pessoas maiores de sessenta anos, no contexto turístico, visando a melhor qualidade de vida da terceira idade.

Art. 2º Para o crescimento do turismo que se pretende alcançar, conforme dispõe o “caput” do artigo 1º, o Poder Executivo estabelecerá normas e diretrizes para programas governamentais e empreendimentos privados voltados para os idosos.

Art. 3º As diretrizes da Política Estadual de que trata esta lei são:

I - políticas públicas, com a finalidade de estimular as empresas ligadas ao turismo no estado a operar com produtos voltados para a terceira idade;

II - geração de emprego e renda em ações que levem ao desenvolvimento econômico de cada região por

meio de instrumento creditícios, observando-se o princípio do desenvolvimento sustentável.

III - estímulo ao ecoturismo em áreas naturais e em áreas consideradas patrimônio histórico e cultural;

IV - realização de campanhas de estímulo junto às áreas ligadas ao turismo, para melhor qualidade de vida da terceira idade, promovendo:

a) a qualificação dos produtos por meio de curso de capacitação e organização empresarial;

b) o planejamento de atividades adequadas aos idosos;

c) a disponibilização de profissionais capacitados nos empreendimentos que visem ao turista idoso;

d) programa que possa reduzir preço de tarifas.

Art. 4º A implantação de empreendimento ou de serviço voltados ao Turismo para o Idoso, pelas empresas interessadas, dependerá de aprovação prévia pelo órgão estadual competente, que poderá oferecer incentivos creditícios e priorizar parcerias, de acordo com as normas jurídicas vigentes, junto às empresas, associações, sindicatos e instituições públicas estadual e municipal.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.09.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

“(…) tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida em que eles se desigualam”.

Rui Barbosa.

O turismo hoje é a primeira atividade econômica mundial. É conhecida como a indústria sem chaminés. A atividade é responsável por 700 milhões de viagens internacionais, 500 bilhões de dólares em divisas e 4 trilhões de dólares em faturamento, além de 700 bilhões de dólares em impostos. O turismo representa 10% do PIB mundial e de 10% dos empregos no mundo.

Pelo seu potencial, o estado do Paraná pouco tem se beneficiado da atividade turística. Devemos considerar que, conforme dados do último censo do IBGE, a população de idosos do Brasil tem crescido e esse dado é um importante fator de motivação para as empresas aderirem a um consumidor em expansão, com demanda de serviço o ano todo.

Saliente-se, ainda, que o programa beneficiará diretamente os idosos que, em sua maioria, têm renda baixa e se vêem privados de participar de viagens turísticas, proporcionando a estes uma melhor qualidade e incentivo de vida.

Por entender que a política de geração de inclusão social e melhora na qualidade de vida é uma das principais causas a serem defendidas é que apresentamos a presente proposição, para a qual contamos com a aprovação dos nobres Pares.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vi estampadas duas matérias que me chamaram a atenção: uma, “Governo é derrotado no caso Dominó”, e a outra “Santa Catarina confirma interesse na Mate Leão”. O que quero lembrar na Sessão de hoje, há muito tempo estamos dizendo aqui na Assembléia que cada ação provoca uma reação, o dinheiro só é investido onde ele é bem recebido. Ninguém investe dinheiro onde ele não é bem recebido, onde ele não é bem tratado. Então o Governo, quando administra um estado, ele não administra o seu patrimônio, ele administra o patrimônio que pertence à população. E o estado, Srs. Deputados, só se desenvolve, eu não me canso em dizer isso, quando existe a parceria entre o Poder Público e a livre iniciativa, ou seja, o setor privado.

O que o Governador Roberto Requião fez desde o primeiro dia do seu 2º mandato desde 2003, rompe contrato com as empresas do estado do Paraná. Isso traz um risco grande para o nosso estado. Os empresários que tinham pretensão de investir no estado, seguraram, não investiram, não estão investindo, estão investindo em outros estados. E as empresas que vêm para cá ainda é consequência das empresas que já estavam estabelecidas. Essa é que é a verdade.

O maior exemplo que temos no estado do Paraná é o porto de Paranaguá em relação aos outros portos que existem no nosso Brasil. Ora, isso não precisa ser especialista, qualquer pessoa a olho nu, é só ir para Santa Catarina, na BR-101, atravessar a ponte do rio Itajaí, os containeres estão invadindo a BR-101, não existe mais espaço no porto de Itajaí. O porto de São Francisco não tem mais espaço para operar. Agora vão abrir um novo porto em Santa Catarina, o porto de Itapoá. Os investimentos que a iniciativa privada e o Governo fazem no porto de Navegantes, em Santa Catarina. O porto em Santos está crescendo. E nós estamos na contramão no estado do Paraná. Estamos brigando com a livre iniciativa.

Esse rompimento unilateral que houve com o Governo do Estado, vamos pegar o exemplo do Grupo Dominó, na SANEPAR, falamos isso aqui na Assembléia, fiz um pronunciamento e está aqui, em agosto de 2004, lembrei esse fato, ganharam, foi derrubada a liminar no STJ. E qual será o próximo caminho? Nós já sabemos isso. O próximo caminho será uma ação na Justiça pedindo indenizações. E a Justiça não tem outro caminho a não ser conceder a indenização, o prejuízo que o Grupo Dominó teve diante de um contrato que foi feito e foi firmado. Temos que entender que acima dos governos

existe a lei. Ninguém pode estar acima da lei. Nós vivemos num estado de direito democrático.

Agora, as bravatas não podem vir de prejuízo à sociedade. Disse desta tribuna e a imprensa tem noticiado isso, quando os Procuradores do Governo do Estado do Paraná convidaram os Deputados da Situação e da Oposição, quando eles alertaram que o risco que o estado do Paraná estava correndo, que o passivo que o Governo do Estado iria deixar para os futuros governos seria incalculável. Quando os Procuradores falaram para nós Deputados da Oposição e para os Deputados da Situação - e não faz muito tempo não, há poucas semanas - quando eles falaram que são mais de trezentas ações só das concessionárias, já julgados e que estão para serem julgadas, o Governo do Estado não ganhou nenhuma, perdeu todas. Todos os contratos que foram rompidos estão sendo reconsiderados pela Justiça.

Olha, que coisa mais simples, qualquer cidadão consegue entender isso. Quando se faz um contrato, Governo e empresa, é a mesma coisa que um proprietário de imóvel locar uma sala comercial, um apartamento, ou uma casa residencial, é feito um contrato e dentro do contrato tem as cláusulas que devem ser seguidas. Se você romper uma das cláusulas, a parte prejudicada entra na Justiça. O que a Justiça analisa? Única e exclusivamente a lei. A lei tem que ser cumprida. O que é que vai acontecer no estado do Paraná?

Vamos lembrar alguns fatos. E a sociedade do Paraná, é importante que a imprensa fale isso, o que nós já gastamos, o que o estado do Paraná já gastou. A UEG Araucária custou quase 600 milhões para os cofres públicos. A ação era de US\$ 850 milhões, na Câmara Arbitral, na França, e para nós não perdermos o Governo foi comprar as ações da El Paso, para ter a maioria para retirar a ação. Esses 600 milhões viriam de graça para o Paraná.

Qual é a outra ação que vai acontecer? A briga dos transgênicos. O que a Monte Santo vai fazer? Com toda certeza, é lógico e óbvio que ela vai entrar na Justiça e vai ganhar.

O que a Syngenta vai fazer, que é um campo de pesquisa, que foi ocupada por mais de um ano pelo MST? E o Governo não descumpriu. A Syngenta vai entrar na Justiça. O que a Justiça vai determinar? A indenização. Quem vai pagar? Somos nós. É o povo do Paraná que vai pagar isso.

O que nós precisamos fazer? Como paranaenses e como Deputados é um pedido que fazemos, de uma forma muito especial aos Deputados que dão sustentação ao Governo. Por favor, Governador, entenda de uma vez por todas que acima de V. Exa., Roberto Requião, existe a lei. A lei tem que ser respeitada, senão o Paraná, oba, oba, oba, é o que vai acontecer.

Disse que as empresas, dinheiros, só se investe aonde é bem recebido. Eu não quero radicalizar, nunca, mas tem um grupo que é muito bem recebido no Paraná pelo Governador, que é o MST. Esse é muito bem recebido. E os empresários que vão alavancar a economia e

que a imprensa está dizendo dia após dia, o que vai acontecer com a COPEL? O que vai acontecer com as empresas que tiveram seus contratos rompidos? Não sabemos, mas sabemos que existe a lei. A lei é feita pelo legislador. O Judiciário que interpreta e julga quem está certo. Infelizmente, para o povo do Paraná, resta só uma coisa: pagar a conta. Pagar a conta dos rompimentos dos contratos unilaterais que são feitos. E aí cabe o esclarecimento para a sociedade do Paraná.

Não podemos aceitar isso. Não viemos aqui não pelo fato de ser Oposição ou Situação, mas temos, sim, uma grande responsabilidade com o povo do Paraná, com o desenvolvimento do nosso estado. Queremos que as empresas venham para o Paraná e não como diz aqui: "Santa Catarina confirma interesse na Mate Leão". Mais uma empresa saindo.

Passa a usar o horário da Liderança do Partido Democratas

As empresas do setor madeireiro e outras grandes empresas. Não quero citar nomes de empresas. Citei essa porque está no jornal, mas posso dizer depois para os senhores que outras empresas haverão de transferir a sua empresa para outros estados. E aí pergunto: será que estamos administrando com responsabilidade? Alguém já disse brincando, quando falou que o melhor Secretário da Indústria e Comércio que Santa Catarina e São Paulo tiveram até hoje chama-se Roberto Requião de Mello e Silva. Aliás, Roberto Requião de Mello e Silva ganhou um título de Cidadão Honorário de Santa Catarina e foi recebê-lo porque deu 100 mil telhas, ou porque está conseguindo com que os portos de Santa Catarina cresçam e se desenvolvam cada vez mais.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB) (Aparte)

Talvez o Governador tenha recebido o título de Cidadão Honorário de Santa Catarina pela duplicação de Garuva a São José dos Pinhais. V. Exa não citou isso. Agora, V. Exa. eu sei que não é negativista. V. Exa. não está satisfeito com a vontade de Santa Catarina de levar a Mate Leão; V. Exa. não está a favor da Dominó que está querendo se resguardar ou se valer dos 40% do contrato que tinha. V. Exa. foi penalizado por uma lei no Supremo Tribunal Federal porque a CCE estava saindo de Manaus e vindo para o Paraná. A Toyota está vindo para o Paraná. V. Exa. fala em Santa Catarina e estamos trazendo para o meu município de Clevelândia e se Deus quiser na semana que vem vamos anunciar a Aurora, R\$ 350 milhões para investir no Paraná.

Acho que a lei da oferta e da procura existe. Temos a energia mais barata do Brasil e as empresas estão vindo para o Paraná, quando um grupo de Deputados quis vender a COPEL para que não tivéssemos esse benefícios. O Governador assinou um decreto, ontem, favorecendo os produtores de aves para a irrigação da madrugada, para a energia noturna, 74%.

Veja V. Exa., o Governador Lerner fez sim o incentivo para as empresas. A nossa região de Clevelândia está concedendo 90% de dilação do ICMS para essa empresa vir de Santa Catarina e estar sediada no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Nós temos a cada dia empresários se transferindo para o Paraná. E isto é a lei, a guerra fiscal que existe no Brasil e estão analisando uma lei federal para que estabilizem todos os estados. São Paulo fez a lei da farinha e o Paraná ficou prejudicado. Temos que fazer um decreto, igualando. As leis de Foz do Iguaçu, do Deputado Reni, que favorecem as empresas que se instalem em Foz do Iguaçu, é uma lei. Cada estado quer mostrar serviço e o nosso estado, sim, está trazendo, continua capitalizando empresários e empresas para o nosso estado. Posso trazer a V. Exa., não agora, porque não sei, mas sei o número de empresas que estão vindo.

Não temos pedágio em alguns setores do estado. Nossas estradas são penalizadas porque nas outras tem o pedágio.

Então, este país é maravilhoso! O Governador não é do MST. O Governador Roberto Requião retirou mais desocupações do que o Governo Lerner, que era um Governo contra o MST. O Governo Lula, que todo mundo achava que seria o fim do mundo, não é. Ontem estava havendo uma manifestação em Curitiba do MST, contra a não desapropriação de terras para localizarem os que estão querendo terras no Paraná.

Então, veja V. Exa. como todos os atos merecem uma reação. Isto é ruim para nós, para V. Exa., para a sua região, para a nossa região, para o Paraná inteiro, quando empresas saem do estado, mas são muito bem-vindas as que querem vir.

Então, acho que V. Exa. pensa da mesma maneira. V. Exa. fica apavorado, pela Gazeta do Povo, que procura denegrir a imagem do estado. Mas, vamos ver se na semana que vem eles põem na primeira página que a Aurora está vindo para o Paraná, para o município de Clevelândia, que é administrada por um Prefeito do PSDB, do Deputado Rossoni. Estamos trabalhando irmãos, o Paraná, o Governo, o PSDB, o Senador Osmar Dias, que esteve em Chapecó, conosco, o Deputado Zucchi, que está aqui conosco. É um trabalho de todos nós.

Eu estaria ao seu lado para levar empresas para o oeste, procurar melhorar as estradas do oeste, como procuramos trazer gente do mundo inteiro, que venham para o nosso Paraná, para melhorarmos as condições.

Ontem estava na região de Toledo, de V. Exa., o ex-Prefeito Albino Corazza, se não me falha a memória, elogiando o Governador, pela isenção do vinho, do suco, que o Governador fez um ato dando condições para que o nosso pequeno produtor se estabeleça e não venha inchar as favelas das cidades. O mesmo pensamento de V. Exa. é o nosso, de todos os governantes. Felizes daqueles que conseguem trazer mais empresas. V. Exas. tiveram o prazer de trazer empresas. O Paraná é grande porque V. Exas. ajudaram. E nós estamos querendo continuar

crescendo, o Paraná, fazendo a nossa parte, o nosso Governador, que é um Governador sério, trabalhador, arisco, às vezes meio grosseiro, mas ele não gosta, muitas vezes, de pessoas que V. Exa. gosta e nós não gostamos.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Eu gosto do Paraná. Não me canso de dizer, porque se o Paraná vai bem, os paranaenses vão melhor.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB) (Aparte)

Eu sou paranaense, e V. Exa. se não é, é por adoção. Tenho certeza.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Se não gostássemos do Paraná...Eu sou gaúcho, mas tenho o Paraná como meu estado.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB) (Aparte)

V. Exa. é paranaense e é apaixonado, porque o Paraná lhe deu a representação do estado para que você represente o povo gaúcho, onde o sudoeste...

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Eu já lhe dei aparte, Deputado! Por gentileza. Aliás, você fez até um pronunciamento paralelo. Eu agradeço. Só engrandeceu o que nós levantamos.

De sã consciência, dos 54 Parlamentares, todos, independente de ideologia devem gostar do estado e todos nós queremos o bem do nosso estado. Agora, se existe uma falha, temos que reconhecer e V. Exa., como empreendedor, nas suas atividades pessoais, particulares, como político, reconhecemos isto, que vem de berço, vem da família, agora, o empreendedor só aplica o dinheiro onde é bem recebido. Ele só vai onde tem segurança. E o Paraná vive essa instabilidade de segurança, até jurídica, porque o Governo rompe contratos.

V. Exa. disse que o Governador duplicou a BR-376. Vamos lembrar como ele duplicou? Nós aqui aprovamos a privatização, que foi requerida por Roberto Requião, para vender as ações da TELEPAR.

Então, o Governador Roberto Requião foi um dos primeiros Governadores a começar privatizar as empresas. Ele privatizou a sua parte e aplicou na 376. Aliás, o Paraná faz muito o que é de responsabilidade do Governo Federal. Por causa disso que estamos em crédito, mas não podemos nos meter em algo que a iniciativa privada pode fazer. Isso traz insegurança para os investidores.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto Miró.

O Sr. Plauto Miró (Democratas)

Apoiando o seu pronunciamento, vejo hoje na grande imprensa o resultado do STJ. Onde julga e, por unanimidade, reconhece o acordo e o entendimento feito entre o Governo do Estado do Paraná e o Grupo Dominó.

A verdade é uma: o Governo do Estado continua com o comando acionário da SANEPAR.

No passado o estado vendeu uma parte do excedente acionário, só que o comando continuou com o Governo do Estado do Paraná. O Roberto Requião assume e rompe o acordo, o contrato firmado, onde o Grupo Dominó teria direito de ter alguns Diretores na administração da SANEPAR. E o rompimento desse contrato foi aos tribunais.

No dia de ontem o resultado, por unanimidade, foi favorável ao Grupo Dominó. Esse grupo vai acionar o estado e cobrar uma indenização pelos prejuízos. Essa decisão diz que os Diretores do Grupo Dominó devem voltar a ocupar seus cargos na direção da SANEPAR.

E agora? O impasse foi criado. O Governador Roberto Requião nos tribunais não vence, perde de novo e mostra que não tinha razão. Vamos aguardar para ver o desdobramento disso. Tomara que não venha mais uma grande ação de indenização contra o estado do Paraná, porque quem paga, lá no final, somos nós, os paranaenses. Muito obrigado!

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Não tenho dúvida nenhuma que as indenizações virão.

Umas já estão na Justiça e outras ainda virão para a Justiça. E quem vai pagar? É o Governo. E o Governo somos nós.

Deputado Antonio Anibelli, dizer que a Gazeta do Povo está fazendo uma campanha denegrindo a imagem do Paraná, não posso concordar com isso.

Ela tem apoiado todos os grandes projetos do estado. Um dos grandes projetos que trazem hoje para o estado do Paraná, algo em torno de US\$ 8 milhões são os royalties da Itaipu. Deve ultrapassar a casa dos US\$ 10 milhões que o estado do Paraná, junto com os municípios, recebem, graças a uma campanha feita pelo Dr. Francisco Cunha Pereira, proprietário da Gazeta do Povo e da RPC, no Paraná.

Muitas vezes a imprensa nos critica, critica a Assembléia Legislativa, mas ela não pode se omitir diante de um fato como quando uma grande empresa sai do estado do Paraná. Não pode se omitir!

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Só quero fazer um reparo. Eu disse que V. Exa. está lendo a Gazeta do Povo de hoje para iniciar o seu pronunciamento, e isso denigre a imagem do Paraná. É notícia verdadeira, mas V. Exa. usa para criticar o nosso estado.

V. Exa. deveria falar que o BESC de Santa Catarina vai ser incorporado ao Banco do Brasil. Vão fazer muito melhor negócio do que o Lerner que vendeu o BANESTADO ao Itaú.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Deputado Anibelli, V. Exa. quer que eu fique de braços cruzados, como Deputado do Paraná, vendo as empresas saírem do Paraná? Quer que eu fique de braços

cruzados vendo que Santa Catarina vai construir mais um porto? Quer que eu fique de braços cruzados vendo que a economia do Paraná está enfraquecendo, enquanto os outros estados estão se fortalecendo?

Não posso fazer isso!

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB) (Aparte)

V. Exa. está nervoso porque o Deputado Rossoni está montando mais uma empresa em Porto União, mas ele jamais vai abandonar sua origem, que é Bituruna. É o crescimento da empresa. Acho que o Deputado Rossoni é catarinense, se não me falha a memória.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Deputado Anibelli, eu dei 2 apartes a V. Exa. Não estou nervoso.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só quero saber qual é o horário que o Deputado Elio Rusch está usando, porque ele já usou 5 minutos, mais 5, mais 5 e, daqui a pouco, vai usar mais 10.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, concedo o horário da Liderança da Oposição ao Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Não, o Horário da Liderança V. Exa. poderá usar no final da Sessão. Abro mão do Horário da Liderança. Se precisar, no final, nós usamos.

Muito obrigado, Srs. Deputados!

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só para ir a favor da presidência, do Deputado Elio Rusch, porque quando iniciamos a Sessão estavam V. Exa. e mais 2 ou 3 Deputados. V. Exa. foi o primeiro orador no Pequeno Expediente. Entrou no Horário da Liderança, Liderança da Oposição, para debatermos e essa discussão fez com que o Plenário tivesse mais de 20 Deputados, o que fez bem para nós podermos debater assuntos de interesse do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Com a palavra a Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Beti Pavin.

Eu uso a tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e os dois motivos que me trazem à tribuna, queria até contribuir com o que falava, aqui, o Deputado Anibelli, com relação ao investimento do Grupo Aurora, aqui no estado do Paraná. Pelo menos é a confirmação que tivemos nesta manhã.

O Secretário da Agricultura de Clevelândia, Ricardo, comentava que o Grupo Aurora teria fechado com o Paraná e estaria investindo no município de Clevelândia, no sudoeste do Paraná. Na verdade, é um grande investimento que vem para o sudoeste do Paraná, vai gerar muitos empregos e, com certeza, elevar o IDH desses municípios, de uma maneira especial de Clevelândia e de Mariópolis, que são municípios que precisam muito de empresas como o frigorífico do Grupo Aurora, que vai ser implantado e vai gerar, com toda certeza, muitos empregos, até porque a previsão é que sejam abatidas cerca de trezentas mil aves/dia.

Então, esses são empregos que vão ser gerados diretamente e, também, empregos que vão ser gerados indiretamente, que são os agricultores, a implantação de vários aviários que os agricultores, com toda certeza, vão ter essa alternativa a mais, também, que é trabalhar a questão da avicultura.

O sudoeste, de certa forma, já é privilegiado porque tem 2 grandes frigoríficos, que é a Sadia de Beltrão e de Dois Vizinhos e, agora, com o grupo Aurora também investindo no sudoeste. Essa é uma boa notícia para o sudoeste do Paraná. Falava aqui, Deputado Anibelli, que hoje pela manhã o Ricardo, Secretário da Agricultura de Clevelândia nos confirmava que ontem a noite saiu essa decisão que o grupo Aurora vem para o sudoeste do Paraná.

Um assunto que me trouxe à tribuna nesta tarde, é que estamos comemorando, Deputado Cheida, com São Paulo. A Justiça de São Paulo deu uma liminar concedendo o prazo de 30 dias para que as duas maiores empresas de óleo de soja no Brasil, a Bunge e a Gargill possam se adequar à Lei da Biossegurança, nº 11105, de 2005, o mesmo Decreto Federal nº 4680/03 para que junto com isso, é claro, estará também cumprindo com o que diz o Código do Consumidor que é o direito à informação dos produtos que estamos consumindo, o direito à informação da composição desses produtos.

Então, é muito importante porque esta Deputada apresentou um projeto de lei que também o Deputado e Presidente desta Casa, Nelson Justus, obriga as empresas, ou seja, todo produto comercializado no estado do Paraná que possui mais de 1% de ingredientes transgênicos, obrigadas a colocar no seu rótulo a identificação como um produto transgênico. E agora, a Justiça de São Paulo deu essa liminar concedendo o prazo de 30 dias para que as empresas Bunge e Gargill possam se adequar às leis e possam colocar essa identificação nos óleos de soja que vem comercializando. Com certeza, não vai colocar só no estado de São Paulo porque a lei é federal e esperamos que cumpram a lei. Não só essas, mas outras empresas

que também estejam hoje usando ingredientes transgênicos na composição dos produtos, que possam cumprir com o que diz a lei e cumprir com o que diz o Código do Consumidor que seria essa identificação de “produto transgênico”, aquele triângulo com o T que significa transgenia, para que o consumidor possa ter o direito de dizer se ele quer ou não consumir aquele produto que contém ingrediente transgênico. O consumidor tem o direito de poder dizer se quer ou não consumir.

E o segundo assunto é sobre a Audiência que tivemos na semana passada em Brasília, com o Ministro Paulo Bernardo e com o Ministro Luiz Marinho, Ministro da Previdência, na qual estivemos junto com o Prefeito de Dois Vizinhos, Padre Lessir, a Vereadora Maria Marli, estiveram nos acompanhando os Deputados Federais André Vargas e Assis Miguel do Couto nessa Audiência onde reivindicamos uma agência do INSS para o município de Dois Vizinhos e uma gerência regional do INSS para o sudoeste do Paraná. Sudoeste que é formado por 42 municípios e que depende totalmente da gerência de Cascavel. E na semana passada, na verdade na quarta-feira, encaminhamos esses dois pedidos, há confirmação já do próprio Ministro que vai atender, vai implantar a agência de Dois Vizinhos e também ficou de estudar e nos dar uma resposta, o mais breve possível, sobre essa possibilidade.

E o Ministro Paulo Bernardo nos antecipava então os recursos, cerca de R\$ 1 bilhão que vem, que o país está aplicando para o programa das famílias de baixa renda, ou seja, também o programa do desfavelamento, um programa que está incluído no PAC que só para o Paraná vão ser quase R\$ 35 milhões que vêm para o nosso estado para serem aplicados para as famílias de baixa renda. Quase 35 milhões, Deputado Cheida, que vêm a fundo perdido para o Paraná para serem construídas casas para as famílias de baixa renda ou as famílias praticamente sem renda.

Então, é uma notícia muito boa, temos muito a comemorar e eu até falava agora com o Deputado Péricles, ele que foi um grande batalhador para a construção de casas para as famílias carentes no município de Ponta Grossa, quando Prefeito. Só para Ponta Grossa, em torno de 7 milhões e meio; Francisco Beltrão, o meu município, vai R\$ 1 milhão e 80 mil, para esse programa; município de Pato Branco - temos aqui vários Deputados, Deputado Zucchi, que representa aquele município também - são cerca de R\$ 680 mil, que vão para o programa de habitação, para as famílias de baixa renda.

São notícias boas que nos chegam. Nesse primeiro momento são cerca de 17 municípios do Paraná, que estão sendo contemplados. Depois disso, Deputada Beti, haverá novas inscrições, que começam a partir do dia 15 de outubro, até o dia 14 de novembro, para as prefeituras que não mandaram projetos, ou que de repente o projeto não passou nessa seleção, para que o projeto possa ser encaminhado novamente, solicitando ao Ministério esse apoio, esse recurso, para esse programa para as famílias

de baixa renda, ou como temos chamado também junto com isso, o programa do desfavelamento.

É uma notícia muito boa, temos muito a comemorar. O Deputado Péricles nos falava, aqui, da sua luta toda, como Prefeito. Sentimos agora que sai essa notícia, que agora é encaminhando pelo Prefeito atual esse projeto, mas comemoramos porque são notícias boas que vêm para esses 17 municípios do Paraná, que vão ser bem contemplados com esses recursos que vêm do Governo Federal.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço aos Srs. Deputados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Augustinho Zucchi.

Deputado Augustinho Zucchi (PDT)

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Recebi, ontem, Deputado Anibelli, a notícia de que o Grupo Aurora, aquele, Deputado Nelson Justus, que V. Exa. nos autorizou a fazer uma Audiência com o Ministro da Agricultura, em Brasília, que tinha disposição de se instalar no Paraná, ou no Mato Grosso, enfim, em algum lugar que desse as condições necessárias para aquilo que o grupo pretende fazer, já que atua na área da avicultura e não são todos os lugares que são aptos para a questão da avicultura.

Acho que este empreendimento vindo para o sudoeste do Paraná, independentemente do lugar que possa se instalar, vai modificar a estrutura econômica e social daquela microrregião aonde for instalada. Dará um acréscimo com relação à geração de empregos, com relação à geração de renda e à agregação de valor que tanto falamos, porque é um empreendimento que vai do produtor à exportação. Começa com o produtor do milho, vai até aquele que vai ter o aviário, como integrado, passa por aqueles que trabalham diretamente na empresa, que serão em torno de 2 mil e 800 empregos diretos, vai até o envolvimento daqueles que fazem o transporte, daqueles que vendem os equipamentos e chega até a transformação desse produto, Dr. Cheida, que vai para outros países, porque a agricultura hoje, no Brasil, no nosso estado, é uma atividade de ponta, no que tange a questão tecnológica, já que produzimos com tecnologia das melhores do mundo.

Acho, Deputado Anibelli, que não só nós, todos os Parlamentares que representam aquela região, como são os Parlamentares que representam todo o sudoeste, ou se pegarmos Clevelândia, Mangueirinha, Honório Serpa - como o Deputado Rossoni, por exemplo - tenho certeza absoluta que deveremos nos somar, para que possamos fazer com que este empreendimento possa acontecer na nossa região.

Que bom! Esta é uma notícia que alegra o Paraná. Deputado Nelson Justus, é um setor em que o Paraná está em expansão. O oeste e o sudoeste do Paraná têm se transformado num setor da agroindústria fundamental para o nosso estado, fundamental para o nosso país, e lá especialmente porque temos duas coisas que são fundamentais. A primeira: gente, um povo que é acostumado à integração, Deputado Elio Rusch, que tem tradição na integração de empresa/propriedade, pessoas que têm vinculação profunda com a terra, pessoas que são pequenos produtores e, em segundo lugar, porque temos recursos naturais para que isto possa acontecer: mão-de-obra e recursos naturais. Do resto a empresa, obviamente, faz a sua parte. Tenho certeza que com esse empreendimento, se assim for feito, teremos um diferencial econômico e social na nossa região.

Estivemos lá em Brasília e depois estivemos em Chapecó, Deputado Antonio Anibelli, V. Exa. representou o Governo do Estado, estava o Secretário da Indústria e Comércio, estava o Dr. Herlon, Diretor-Geral da Secretaria da Agricultura, esteve na primeira reunião em Francisco Beltrão, por nossa solicitação, inclusive, naquele momento, o Secretário Walter Bianchini, o Deputado Anibelli esteve com todos os Prefeitos de lá, os Vereadores, estivemos juntamente com o Senador Osmar Dias lá em Chapecó, a convite, Deputado Anibelli, da Kaminski, Cooperativa Agropecuária Mista São Cristóvão Ltda., que é a cooperativa associada a Aurora, porque a Aurora é um grupo de 17 cooperativas e para nossa sorte a Kaminski faz parte da Cooperativa Aurora e é de Mariópolis, da nossa querida cidade de Mariópolis e de Clevelândia, terra natal do nosso amigo e Deputado Antonio Anibelli.

Sr. Presidente, para encerrar, participei ontem de uma palestra memorável, uma palestra aqui encampada pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, regional de Curitiba, que trouxe para cá o Dr. Chico Grasião, Ministro de Estado, Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, e agora Secretário do Meio Ambiente daquele estado, Dr. Cheida, ele veio falar sobre ética e a produção de alimentos - ética, obviamente, no sentido amplo da palavra, na condução dos negócios da agricultura, preservando a questão ambiental. Foi uma palestra extraordinariamente importante. Estavam lá presentes pessoas, lideranças de todos os setores da agricultura do estado. OCEPAR, FAEP, aliás, foi lá na OCEPAR que se deu essa palestra.

Então, quero destacar aqui, em nome do Dr. Luchesi, Presidente da Associação dos Agrônomos, esta feliz iniciativa que faz parte da Semana Agrônoma para comemorar o dia 12 de outubro, que é o Dia do Engenheiro Agrônomo que, para minha felicidade, para o meu orgulho, Deputado Anibelli, tenho a alegria de ostentar esse diploma de engenheiro agrônomo e tenho responsabilidade em relação as questões da agricultura do nosso estado e do nosso país.

Também gostaria de registrar um evento em Santa Felicidade, onde os amigos do Prefeito Beto Richa homenagearam-no pelo prêmio de melhor Prefeito do país, recebido lá em Brasília. Foi uma demonstração não do prestígio do Prefeito Beto Richa, não da amizade do Prefeito Beto Richa, Deputado Artagão de Mattos Leão, uma demonstração, uma opinião minha, do trabalho extraordinário que faz o Prefeito Beto Richa aqui na nossa capital.

Obrigado.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (Pela Ordem)

Gostaria de perguntar à Mesa, até porque vivemos esta situação hoje através da Comissão de Fiscalização, e procurei no Regimento Interno e não encontrei. As comissões permanentes têm números de membros variados, 7, 13, 9, dependendo da comissão.

A minha pergunta é a seguinte, Sr. Presidente: existe no Regimento e eu não encontrei, o número necessário de Deputados presentes para o funcionamento da comissão? A pergunta se faz necessária porque hoje abrimos a nossa reunião regularmente com a presença de 5 Deputados dos 7 membros da comissão. Depois de uma altura ficamos com somente 2 Deputados, foi levantada a questão de ordem pelo Deputado Jocelito e nós acabamos acatando por entendermos mais prudente. Buscamos no Regimento Interno e só existia no parágrafo 3º do artigo 50 alguma coisa sobre a deliberação que deveria ser da maioria.

Então a pergunta é objetiva no sentido de podermos dar um encaminhamento às nossas reuniões futuras, até porque estamos sentindo dificuldade na questão da presença, e se tiver necessidade da maioria, acaba comprometendo um pouco o trabalho da comissão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Claro, eu respondo a questão de ordem de V. Exa. por uma questão de hermenêutica, não poderia ser de outra forma que não a mesma que se faz na CCJ, em todas as comissões permanentes da Casa e no Plenário, o quórum é o mesmo. É evidente que o Presidente da Comissão tem poderes, no caso só dois não teríamos percentual suficiente para suspender a Sessão, o que não impede, em momento algum, que a presidência da comissão solicite à Mesa que não havendo presenças dos Deputados, que os partidos e a própria Mesa solicitem a substituição dos Deputados que, por ventura, não compareçam às comissões, porque o trabalho é efetivamente prejudicado. Agora, não havendo quórum não se pode dar prosseguimento.

O mesmo acontece na comissão da Casa, por exemplo, na CCJ. Se ela não tiver um percentual mínimo, ela sequer inicia e a partir do momento que se retiram da Sessão ela é imediatamente suspensa.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

A pergunta é, Presidente: por que para deliberação em Plenário nós necessitamos 28, no entanto, para trans-

correr da Sessão são 18, então existe uma diferenciação? Da mesma forma poderia existir um regramento específico nesse sentido. Quer dizer, tínhamos um convidado, não teríamos deliberação imediata, não seria necessária uma deliberação imediata, no entanto só continuar ouvindo os esclarecimentos que se faziam necessários. Não havendo deliberação, talvez não fosse necessária a presença da maioria. Aí o Regimento não fala nada, foi omissivo nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não fala realmente, fala sobre a maioria: *As comissões deliberação por maioria de votos com a presença da maioria dos seus membros*. É evidente que se presume que a presidência da comissão tenha poderes para buscar em questões como essa o equilíbrio, o bom senso, para que não se crie uma situação também desagradável com o convidado, mas a partir do momento que os membros da comissão se retirem não há condições de prosseguir a Sessão, o que é uma pena.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Não iríamos deliberar nada, mas fica talvez como sugestão deste Deputado à Mesa na questão da modificação do Regimento, que será trabalhada na sequência por uma comissão especial, a especificação de uma quantidade mínima para a continuidade do trabalho ou não, porque existem os suplentes, muito embora os suplentes também não possa comparecer porque são convidados de última hora, então acaba havendo um comprometimento do trabalho da comissão. Até para que se tenha um respaldo futuro e não se questione eventualmente o trabalho da comissão, seria importante que tivéssemos alguma formalização dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Artagão, a questão de ordem de V. Exa. é perfeitamente cabível e a sugestão é: toda comissão tem a sua Secretária ou Secretário. O Secretário quando convoca o Deputado pede a sua confirmação, caso contrário convoca o suplente. Mais do que isso V. Exa. não pode fazer.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (Pela Ordem)

Acho que é pertinente a questão levantada pelo ilustre Deputado Artagão. E nós entendemos da seguinte forma: as comissões permanentes da Assembléia quando se reúnem é exatamente para deliberar. E a deliberação está clara, ela só pode acontecer desde que esteja a maioria absoluta, e a maioria absoluta é a maioria absoluta, é o primeiro número inteiro em cima da metade, ou seja 7 membros só pode deliberar com 4 Deputados em uma comissão formada por 7. Mas para uma oitiva, ou uma comissão especial, ou uma comissão permanente ou mesmo uma CPI, para colher um depoimento não se exige quórum qualificado. Então, se estiver presente o Presidente e o Relator nós entendemos, ao menos no pas-

sado, no entendimento das pessoas poderiam existir, mas é um bom momento até para, na elaboração do novo Regimento Interno, seja regulamentada esta questão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (*Pela Ordem*)

Acho que o trabalhador quando deixa de faltar um dia de serviço, se ele deixar de trabalhar na sexta-feira ele perde o domingo. Acho que temos que começar a organizar os negócios aqui. Hoje tínhamos uma reunião da Comissão de Fiscalização. Acho que está na hora dos partidos serem responsáveis pelos seus membros. Acho que o partido que não quer ser da Comissão de Fiscalização, que deixe para outro ser.

O que não é justo, Sr. Presidente, primeiro é esse negócio de horário. Primeiro: nunca começa na hora certa. Horário, para quê é? É para uma brincadeira? Não acho justo, Sr. Presidente. Se o horário é 14h30 é 14h30. Não tem atraso. Existe horário neste país e ninguém cumpre. Comissão de Fiscalização, quantos membros tem? Tantos. Quando um não pode vir que outro vá lá. O que é complicado, aqui, é que tem Deputado que faz parte de todas as comissões. Aí não vai em uma, não vai em outra, não comparece e aí a Casa fica exposta ao ridículo, porque o Deputado não foi na Sessão.

Então, o Deputado que não quiser ficar na Comissão - eu só faço parte da Comissão de Fiscalização e sou suplente da CCJ. Quando o Deputado Carlos Simões não pode vir, ele me comunica e eu venho. Hoje saí lá de Ponta Grossa às 9h, cheguei aqui às 11h, horário britânico, para cumprir o horário, e tivemos que sair catando Deputado para ouvir um convidado. E o Deputado Artagão teve todo o cuidado de mandar um ofício para todos os Deputados convidando para a reunião. Não tenho nada pessoal contra ninguém, mas acho que o princípio de um homem é trabalhar, ele recebe, todos nós recebemos então o princípio é trabalhar.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. está coberto de razão.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jocelito Canto no horário do Grande Expediente.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Acho que cada Deputado faz o que quer. Não estou aqui para criticar nenhum companheiro, mas acho a responsabilidade de um vai até onde começa a do outro. Não é justo que um Deputado esteja às 11h na reunião e os outros não. Não acho justo isso. Acho que quem faz parte de uma comissão tem que estar naquela comissão, porque senão vou sair da comissão, vou deixar a Comissão de Fiscalização, porque não acho justo você estar lá às 11h e os outros não estão. Depois levamos pau aí fora, a

imprensa nos bate, nos xinga e nós ficamos brabos. Apanha todo mundo, eles não dizem quem veio e quem não veio, eles dizem: "Faltou Quórum." Aí apanha todo mundo.

Eu não faltei nenhuma Sessão desta Assembléia desde que começou a Sessão, não faltei nenhum dia, todas as Sessões Ordinárias estive todos os dias aqui. Posso ter alguns defeitos, mas não sou de faltar o serviço, desde pequeno fui assim. Quando nos criticam lá fora e dizem que ganhamos bem, são marajás e não sei o quê, aí quando faltamos um dia de trabalho sobra pito para todo mundo, porque com raras exceções, o acompanhamento que é feito aqui, a imprensa diz quem falta e quem não falta. Alguns jornalistas que fazem acompanhamento, geralmente a imprensa coloca: "Faltou quórum, caiu a Sessão." Daí, diante do público, todos os Deputados são preguiçosos. Eu acho que isso não é justo. Acho que o direito que o outro tem deve respeitar o companheiro.

Claro que tem Deputado que fica doente, tem Deputado que precisa viajar para Brasília resolver um assunto do seu partido. É justo? É justo, mas acho que as comissões têm que funcionar nesta Casa.

Hoje perdemos a oportunidade de terminar um depoimento, e eu não concordo com o posicionamento do Deputado Elio Rusch, se tem 7 membros tem que ter pelo menos 5 lá. Essas coisas que machucam, maculam o Parlamento. O Parlamento faz 10 coisas boas, mas aparece a ruim, porque a ruim tem mais força, porque alguém faltou.

Quero deixar esse registro aqui, Sr. Presidente. Eu não gosto de criticar ninguém, quem quer faltar falta. Agora, devia respeitar os companheiros.

Eu mesmo nessa Sessão de hoje, fui comunicado ontem, pelo Deputado Artagão. Fiz meu programa de rádio até às 9h, cheguei aqui 10h45, para estar britanicamente às 11h na Comissão de Fiscalização. O que tem que acontecer é todo mundo trabalhar, senão, fica o Presidente, pagam os outros, nós pagamos, todo mundo paga, porque um ou outro faltou. Não acho justo isso.

Estávamos ouvindo hoje um depoimento importante, só estávamos eu e o Deputado Artagão em um momento da Sessão. Estávamos ouvindo o representante do Ministério Público, até o tema é interessante, que está gerando polêmica: pode aposentar. O membro do Ministério Público disse que eles não precisavam pagar a Previdência. Não precisavam e se aposentaram. Diz que a lei diz isso. A lei dá garantia a eles.

Eu fiquei abismado, hoje, porque todo dia tem alguém querendo se aposentar lá na região de Ponta Grossa, e a pessoa não consegue comprovar que trabalhou na roça, que trabalhou na agricultura, porque não foi registrada, daí o INSS não aceita. Mas, para o Ministério Público é aceito isso, segundo o que disse aqui o Promotor Dr. Medeiros.

Deixou-me mais intrigado quando ele disse que o estado não cumpre com o que determina a lei, não passa os recursos que deveria passar a eles.

Assim foi um depoimento bem amplo, nós ouvimos os dois lados. Primeiro a ParanaPrevidência e depois o Ministério Público. Claro, Sr. Presidente que um falou em água, e o outro falou em vinho. Agora, quem está com a verdade? Nós não somos Juízes. A função do Parlamentar é de fiscalizar. Até a CPI, o que faz o Parlamento? O Parlamento levanta uma dúvida, levanta o problema e apresenta para o próprio Ministério Público. A CPI apresenta o que houve de errado. É a mesma coisa em relação a esse caso. O que estamos fazendo lá? Ouvindo os dois lados. Agora, um foi lá e disse que é água; o outro foi lá e disse que é vinho. Agora, temos que usar habilidade para saber se o entendimento jurídico de um não é o entendimento jurídico do outro. Quem é que está certo? Quem é que está errado?

Está essa confusão toda, essa briga envolvendo os Poderes e, quem perde são todos os Poderes. Essa briga não serve para ninguém. É briga de moleque, um mete a mão no ouvido do outro e assim vai. Cada um tem um tema jurídico.

Queria falar sobre as diferenças salariais. Vejo a reclamação e V. Exa. já disse aqui que vai dar um aumento para os funcionários da Assembléia. Vejo os funcionários reclamarem que ganham pouco, que ganham mal. Mas, ganham mal em relação a quem?

Alguém que ganha um salário de R\$ 1.500 ganha mal, no país, hoje? Não! Não ganha! Ganha razoavelmente bem. Em relação a lá fora, um emprego de R\$ 1.500 não é um mal salário, porque o mínimo é R\$ 400. Agora, em relação a outros Poderes, os nossos funcionários recebem mal. Estou com o documento que mostra que um membro de um Poder, que não é advogado, tem membros de um Poder que um Assistente de um Promotor ganha R\$ 8 mil. Mas como é que ele chega nos R\$ 8 mil? Chega porque ele tem aquela gratificação! Gratificação porque é irmão do cara, gratificação porque é primo do outro, gratificação porque é puxa-saco do outro, gratificação porque a irmã dele é namorada do outro e assim por diante!

Estou falando a realidade, porque estou de saco cheio com falso moralismo de alguns caras aí. Saco cheio de falsos moralistas. Tem gente no Poder aí que está ganhando R\$ 8 mil. Os nossos funcionários aqui reclamam. O Tribunal de Contas, quanto ganha um funcionário do Tribunal de Contas? Ótimo! Ganha muito bem! Em comparação a nós ganham mal. Ganham mal, sim. Não adianta escondermos o sol com a peneira, porque eles ganham mais que nós aqui da Assembléia. Um Deputado ganha R\$ 12 mil. Quanto ganha um Assistente de Promotor que não é eleito? Ganha R\$ 8 mil, não faz campanha, não é xingado, não presta contas do que faz. O Deputado se expõe, trabalha. A diferença dos Poderes eu quero entender.

A Constituição não diz que os Poderes devem viver em harmonia? Harmonia para mim é questão salarial. Se o MP paga bem os seus funcionários e o Tribunal de Contas, que é um órgão auxiliar desta Casa, auxiliar é

o que um é o pai e o outro é o filho. Nós somos aqui o pai, eles lá são o filho. Naturalmente que o pai, até por questões de experiências, deve ganhar mais que o filho. Naturalmente. Mas tudo está virado. Hoje, por exemplo, o funcionário de lá ganha mais do que o nosso aqui. O Ministério Público está aí, na relação tem alguns membros do Ministério Público que ganham 3, 4 mil, recebem 8, quase 9. Auxiliar de Promotoria ganha R\$ 8 mil. Tem gente que ganha mais. Daí, em relação aos nossos funcionários, eles ganham muito bem e os nossos ganham mal.

O Tribunal de Contas não precisa nem falar, que aquilo é uma “teta”. Já receberam a URV e aqui ninguém recebeu nada porque não dá para pagar. Mas lá tem a mordomia de ter recebido. Se os daqui tivessem recebido a URV, automaticamente ninguém estava pendurado no banco, devendo, aquele crédito antecipado que todo mundo faz à vontade, quem faz está ferrado, sempre está devendo, porque lá receberam e aqui não. Os professores não receberam. Vejo o professor Lemos andando por aqui, mas a URV não foi paga. Os funcionários do estado não receberam, os policiais não receberam. Eu vi até o Governador discursando lá: “O Ministério Público recebeu a URV”. Recebeu também. Os funcionários do Ministério Público receberam. Mas, ninguém vai falar isso, amanhã. Nem a imprensa fala. Não interessa falar isso. Que Poder? Todo mundo tem medo de Poder! Eu não sei que medo é este. Medo de quê? Tem medo dos Poderes! Medo do quê? De ser acionado? Não entendo!

Então, infelizmente, a verdade é esta. Nós vivemos, hoje, uma situação em que os Poderes não se respeitam. O Governador diz que os ali do lado são bandidos. São comedores de criancinhas. Quem disse foi o Requião. Pegaram o dinheiro do estado e estão usando indevidamente. Do lado de cá, dizem que não, que está tudo certo, que o Governador que é tantã, que está sonhando, está “viajando na maionese”.

Aí vemos a questão salarial e vemos diferenças. Acho que a harmonia dos Poderes também está nas diferenças salariais. Para ter Poderes harmonizados, tem que haver a devida compensação. Acho que todo mundo tem o mesmo direito. Se o Tribunal de Contas recebe, a Assembléia Legislativa tem que receber.

Outro dia vi alguém, aqui, o Deputado Anibelli, se não me falha a memória - ele não está aqui, neste momento - mas, parece que eu o ouvi dizendo que não iria votar mais nada, iria trancar a pauta enquanto não desse aumento para os funcionários da Assembléia. Aí veio o Presidente, corrigiu e disse que estaria providenciando e que seria feito.

Agora, o Poder Judiciário também. Ou alguém tem medo do Judiciário também? Judiciário também tem “coisinhas”. Como “coisinhas”? Tem “coisinhas” boas ali também. Tem salário bom. E ninguém fala. Tem gratificações boas. Agora, qual é a harmonia? Harmonia é todos bem. Quando um não está bem, vai reclamar. É natural. Quando chia um funcionário, aqui, ele tem razão, porque ele pega o papel e vê: “Poxa, o cara que trabalha

nas mesmas condições que eu, no Tribunal de Contas, ganha R\$ 8 mil; eu ganho R\$ 1.500. Trabalho há 15, 20 anos aqui; o outro faz 6 que está ali, subiu no cargo, com aquele jeitinho, amigo do fulano, do sicrano, parente do fulano, namorado não sei de quem” e assim vai.

É a realidade, Sr. Presidente. Estou sendo muito sincero. Vemos tanta barbaridade! Hoje o Ministério Público, na reunião da Comissão de Fiscalização disse, está na ata, está registrado, que eles não pagaram a Previdência e que é legal isto, Sr. Presidente! Segundo o Dr. Medeiros, é legal! Eu vi aquela velhinha chegar lá na Garagem da Esperança e dizer: “Jocelito, o senhor que é Deputado, não pode ajeitar pra eu me aposentar?” E eu digo: vamos ver o que dá para fazer, para ajudar a senhora. Aí, ela traz os documentos: “Eu trabalhei na roça, no interior do Tibagi e meu patrão não me registrou, trabalhei 10 anos lá”. Então, vamos lá, vamos ver se conseguimos. Chegamos lá: “Ah, não tem recolhimento, não aposenta, tem que esperar dar a idade”. Aí a senhora diz: “Puxa, mas vocês Deputados não mandam nada, hein!” Não mandamos mesmo!

Aí você vê o Ministério Público dizer que não precisam pagar e que estão amparados na lei. A não ser que o Dr. Medeiros tenha mentido, na comissão. Daí é caso de cadeia. É caso de perder o emprego, porque ele vem na Comissão de Fiscalização, nesta Casa, e diz que eles têm o direito de não pagar. Me surpreendeu. Não precisam pagar! Ver uns negócios destes! Estão recebendo aposentadorias, mas pode? Então, não é crime? Aí alguém diz que é legal, mas é imoral, mas neste país tudo pode! Essas brigas entre Poderes ocasionam essas confusões que estamos vendo aí. Não acho justo um Auxiliar de Promotor ganhar R\$ 8 mil. Deputado ganha R\$ 12 mil.

Enfim, essa desarmonia entre os Poderes, acontece isso. E temos que defender o que é nosso. Defendendo a região dos campos gerais, porque é lá que eu vivo.

A harmonia tem que estar em todos os Poderes. Se o TJ tem direito, nós também temos. Se o Tribunal de Contas tem direito, o vizinho aqui do lado também tem. Se o Ministério Público tem direito, aqui também.

A harmonia dos Poderes começa com respeito ao que cada um deve ganhar.

Concedo um aparte ao Deputado Edson Praczyk.

O Sr. Pastor Edson Praczyk (PRB)

Além de parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, quero concordar com sua linha de raciocínio.

Confesso que esperava que V. Exa. fizesse um paralelo dos profissionais, não menos valorosos, mas que também se enquadram nesse contexto. O comparativo, por exemplo, das taquígrafas da Assembléia Legislativa com as taquígrafas dos outros Poderes; os seguranças. V. Exa. tem essa relação? Se tiver gostaria de ter esse comparativo para, com mais força, me somar ao vosso pronunciamento.

Muito obrigado!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Tenho a relação do Ministério Público, porque fiz um pedido de informação e veio.

Os Poderes não são iguais. Por exemplo, a URV todo mundo já recebeu, só nós aqui que não. Não tenho esse comparativo. Harmonia entre Poderes é isso. É a história da desigualdade. Isso não pode acontecer! Essa desarmonia gera insegurança social! Não acho justo alguns Poderes receberem e outros não.

E se alguém não gostar do que falei e quiser fazer algo contra mim, fique à vontade. Estou pouco ligando. Já fui ao fundo do poço e voltei. Não tem problema nenhum.

Não nasci político. Não estou na política para ficar rico. Têm alguns que estão na política para ficarem ricos! O Renan é uma porcária perto de alguns aí! O Renan é uma gotinha d'água! O Renan é deste tamanho! Por que o Renan não foi cassado? Ah, querem a resposta de por que ele não foi cassado? Claro, como o Renan tem mais tantos Renans por lá. Então, é só isso.

Se algum Poder achar que não está bom, pode me “canetear”. Não tem problema. Pode fazer o que quiser. Tenho alguns defeitos como político, como homem. Tenho sim, nunca disse que não tenho. Agora, tenho duas qualidades: primeiro, não sou medroso, nunca tive medo de nada, nem das dificuldades, e segundo, não sou preguiçoso, sou trabalhador, levanto todo dia às 5h da manhã. Se eu quiser ir trabalhar eu vou, se eu não quiser eu não vou, mas eu vou todo dia porque sou responsável, porque a pessoa que liga o rádio quer ouvir o Jocelito todo dia.

Então, esse negócio da harmonia dos Poderes é o que dá. E se alguém não gostar do que eu falei aí me ferre, faça o que quiser, não estou ligando. Agora, está na hora de jogarmos limpo em alguns setores aí.

Têm algumas pessoas que posam de bonzinho, discursam bonito, se vestem bem, mas se tirarem a roupa é uma bela de uma porcária e ainda ficam fazendo discurso por aí. Discursinho bonito, moralidade, manda outro fazer porque diz que é bom: “Vai lá e faz isso, mas não diga que fui eu!” E assim vai. Então, tem muito falso moralista por aí que acha que resolve tudo.

Eu não acho justo um Auxiliar do Ministério Público receber R\$ 8 mil. Oito mil reais, todo mês, na continha. Enquanto isso, algumas pessoas abnegadas que estão, há 20 anos, sofrendo, ganhando um pouquinho. E é um dos Poderes constituídos do estado do Paraná. O estado do Paraná é constituído pelos Poderes e aí o Poder de lá ganha, o daqui não ganha e aqui ninguém chia que não está bom o salário, ninguém vai chiar. Agora, o de lá não, o de lá pode ficar bem à vontade. O de lá ganha bem. Por quê? Não sei. O de lá pode ganhar.

Sr. Presidente, só queria fazer esse desabafo, aqui, e dizer para alguns que não nasci na esquina não, nasci lá na Fazenda Brigada Militar, em Passo Fundo, e nasci só com a minha mãe, mas ela me ensinou a ser muito corajoso, não ter medo de enfrentar os problemas, não, até

quando for covarde o problema, até quando ver a covardia de alguns. A covardia não me mete medo, não. Já passei por tudo. Já sofri no mundo. Já fui perseguido. Passei por 2 Fantásticos. Tudo uma mentira, uma safadeza. Passei, agüentei, sobrevivi. Passei pelo tapa do gato, que é a pessoa que dá o tapa do gato e não tem coragem de dar na frente. Se der na frente ou ele apanha ou surra. Infelizmente na política se convive com alguns desses tipos. O interessante é que você mantenha as suas origens. Você pode ter mil defeitos, mas manter as origens é a coisa mais importante.

Sr. Presidente, quero aproveitar, também, para dizer que estou recebendo mais um belo projeto que vem lá de Ponta Grossa. É o projeto do etanol na batata-doce. É um belo projeto que está sendo um sucesso já na região do Tocantins e que tem a participação de uma faculdade de Ponta Grossa, o CESCAGE. A batata-doce é um dos melhores componentes para retirar o etanol. O CESCAGE de Ponta Grossa está fazendo um grande trabalho, muito bem feito nessa questão, e está trabalhando no Tocantins. Quero requerer a esta Casa a presença dos membros do CESCAGE, nos próximos dias, para explicar sobre essa questão do etanol da batata, que vai melhorar a opção da agricultura familiar. É fácil de produzir, é diferente da cana-de-açúcar que até máquina tem para cortar e que tira o emprego das pessoas mais humildes. O etanol da batata-doce está na terra, tem que ser tirado pelo homem, tem que ser braçal.

É importante essa questão do etanol na batata-doce e é muito superior à cana-de-açúcar. Então, o estudo feito por uma Universidade Federal, lá do Tocantins, em conjunto com o CESCAGE de Ponta Grossa, cria este projeto e ele deve ser trazido para o Paraná, não ficar só em Tocantins. Até tem um grupo de estudantes, em Ponta Grossa, estudando esse caso e ele será muito importante. Lá já estão sendo feitas as primeiras usinas de etanol da batata-doce e essa batata-doce precisa vir para o Paraná.

Por isso, vou solicitar aos Srs. Deputados, que numa etapa próxima, o CESCAGE possa vir a esta Casa fazer um esclarecimento, com detalhes, e contar o que pode ser feito exatamente em favor do Paraná, geração de empregos, dignidade social. Só se ajeita a vida do ser humano dando emprego. Quando ele tiver emprego, não briga com a mulher, não toma nada, não vai para as drogas. Ele precisa crescer e o emprego é a maior dignidade do ser humano. Quem está empregado sabe disso.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças: PTB, PDT, Bloco PSB/PR/PRB/PV, Bloco PPS/PMN, PP, PT, PSDB, PMDB, Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

Declinam.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 309/07, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado efetuar com o município de Faxinal a permuta dos imóveis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2897, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência para o Deputado Ney Leprevost que se ausentará deste Plenário na Sessão do dia 26 de setembro de 2007, em razão de reunião na Prefeitura Municipal de Curitiba. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2903, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária no dia 27 de setembro (quinta-feira), para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Amanhã teremos Sessão Solene em homenagem ao Hospital Pequeno Príncipe e também o Parlamentar do Futuro.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 564/07, de autoria do Deputado Luiz Malucelli, que dispõe sobre a utilização de papel reciclado na Administração Pública do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 564/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A Administração Pública Estadual Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário deverão utilizar, prioritariamente, observada a disponibilidade existente no mercado, materiais de expediente confeccionados em papel reciclado.

Parágrafo Único. Como material de expediente de uso diário, entende-se: envelopes, cartões, formulários, blocos, rascunhos, notas, recibos, papéis timbrados, publicações, processos, boletins, embalagens e de usos similares.

Art. 2º Para os efeitos do disposto nesta lei, entende-se como reciclado o papel que possui, em suas composição, pelo menos 50% (cinquenta por cento) de material obtido a partir do reaproveitamento de papel usado.

Art. 3º A margem dos documentos expedidos como papel reciclado será impressa a expressão: “Papel reciclado, menor custo ambiental”.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.09.07.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 537/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/07, que autoriza o Poder Executivo a ceder, ao município de Nova Esperança, imóvel conforme específica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DE PLENÁRIO APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 440/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera o artigo 1º da Lei nº 9804, de novembro de 1991, que declarou de utilidade pública a Associação Formação do Menor Carente - Militares de Cristo de São Carlos do Ivaí, com sede no município de São Carlos do Ivaí e foro no município de

Paraíso do Norte. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 539/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/07, que prorroga os efeitos da lei nº 11255, de 21 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a indenização às pessoas detidas sob acusação de terem participado de atividades políticas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDHCD. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 609/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública, a Associação dos Clubes de Mães de Umuarama, com sede e foro no município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado o substitutivo geral da CCJ.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 610/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública, a Associação dos Produtores Rurais de Guaiporã - APROGUA, Distrito de Guaiporã, com sede no município de Cafezal do Sul e foro na comarca de Iporã. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 096/07, de 21/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 610/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, declara de utilidade pública a Associação de Produtores Rurais de Guaiporã - APROGUA, com sede no município de Cafezal do Sul e foro no município de Iporã.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, faz-se necessária a inclusão, de modo claro e preciso, da sede e do foro da Associação que se pretende declarar de utilidade. Ainda, o artigo 2º ao dispor “revogadas as disposições em contrário”, fere a Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a técnica legislativa, pois assim determina: *Art. 9º A cláusula de*

revogação, deverá enumerar expressamente, as leis ou disposições legais revogadas. Desta forma, sugere-se a emenda substitutiva geral em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral em anexo.

Sala das Comissões, em 19.09.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 610/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda substitutiva geral, para contar com a seguinte redação:

Art.1º Fica declarada de utilidade pública, a Associação dos Produtores Rurais de Guaiporã - APROGUA, com sede no município de Cafezal do Sul e foro no município de Iporã.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.09.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 627/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública a Beneficência do Guaipó, antiga Associação de Moradores do Conjunto Guaipó, com sede e foro na cidade de Maringá. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 099/07, de 27/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 627/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, declara de utilidade pública a Beneficência do Guaipó, com sede e foro na cidade de Maringá, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.09.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 634/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos de Campo Largo - ADFCL, com sede e foro no município de Campo Largo. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 101/07, de 29/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 634/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos de Campo Largo - ADFCL, com sede e foro no município de Campo Largo, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.09.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2895, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2896, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2898, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2899, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2901, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2902, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 552 e 582/07.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 440, 539 e 609/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 610, 627 e 634/07 e do Projeto de Resolução nº 027/07.

Levanta-se a Sessão.



SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 121 108ª SESSÃO ORDINÁRIA SUMÁRIO Mesa Executiva.....21 Presenças.....21 Abertura da Sessão21 Ordem do Dia: Discussão/Votação Redação Final22 3ª Discussão22		2ª Discussão 23 Encerramento da Sessão 23 Publicações: Comissão Executiva Atos 23 Diretoria Geral Portarias..... 23 Publicações Administrativas: Balancetes Financeiros Julho 25 Agosto 28
--	--	---

DIÁRIO Nº 121

108ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 108ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Plauto Miró e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

Às dezesseis horas e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Elio Rusch, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Mamede, Mauro Moraes, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Stephanes Júnior, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (31).

Ausentes os Srs. Deputados: Ademar Traiano, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Welter, Fábio Camargo, Miltinho Pupio, Ney Leprevost e Pedro Ivo (10).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Cida Borghetti, Dr. Batista, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Luiz Claudio Romanelli, Marcelo Rangel, Nereu Moura, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira e Tadeu Veneri (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas para informar que no dia de ontem a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, juntamente com a SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente, promoveu um debate aqui em Plenário com a presença de um grande especialista,

segundo nos informaram o maior especialista do mundo sobre a questão de oxibiodegradáveis, tentando jogar luzes sobre esta Assembléia e sobre os Deputados, preenchendo uma lacuna técnica que ainda não dispomos sobre esse material e as sacolas oxibiodegradáveis, para que tenhamos com essas informações construir uma legislação adequada para o estado do Paraná, moderna e eficiente e também subsidiar os Deputados no sentido de votarem com mais tranqüilidade os projetos de lei.

Foi uma Audiência importantíssima, reputo, e com informações extraordinariamente importantes. Aqui estiveram professores do CEFET, da Universidade Federal do Paraná, os membros da Comissão de Meio Ambiente, o Deputado Reinhold Stephanes, autor de um dos projetos, o Deputado Edgar Bueno que também discute esta questão dentro da Comissão de Indústria e Comércio, enfim, nos parece que as coisas andaram.

Em face disto, Sr. Presidente, até agora gostaria de solicitar que o nosso serviço de Taquigrafia, pudesse uma vez dispondo das notas taquigráficas, e também solicitar de V. Exa. que pudesse pedir à Secretaria de Estado do Meio Ambiente que mandasse uma fita gravada sobre a palestra para que pudéssemos distribuir a todos os Deputados, e, quem sabe, dentro dos próximos dias ou meses, pudéssemos ter um pouco mais de dados para discutirmos esta matéria com mais isenção.

De modo, Sr. Presidente que gostaria de passar este relato bastante breve, dizendo que a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente espera ter colaborado, contribuído, não só com os autores dos projetos sobre sacolas oxibiodegradáveis, mas colaborado bastante com toda a Assembléia Legislativa do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Cheida, em nome da Mesa Executiva, nós integrantes da Mesa não pudemos estar presentes nesse encontro, porque no mesmo horário tínhamos a nossa reunião semanal, mas quero pessoal e publicamente cumprimentá-lo porque os elogios que ouvimos desse encontro foram extraordinários, não faltaram palavras de homenagem à Assembléia Legislativa.

Por isso, em nome da Assembléia, quero cumprimentá-lo, cumprimentar a todos aqueles que, de uma maneira ou de outra contribuíram para que esse evento acontecesse, em especial a comissão que V. Exa. preside e dizer que são ações como essas que efetivamente engrandecem esta Casa. Pudemos ouvir alguma coisa pelos auto-falantes, mas conversando ainda ontem com o Deputado Edgar Bueno ele me dizia que ficou orgulhoso de ter participado de um encontro tão importante que, sem dúvida nenhuma, contribui para as ações da comissão e desta Casa.

Uma pena, e logo, logo, vamos poder justificar mais explicitamente o porquê ainda não estamos com a TV Assembléia, mas é uma pena que Sessões como essa não sejam gravadas para que pudéssemos espalhar o

vídeo, aí sim, de toda a Sessão. Mas isso acontecerá, sem dúvida nenhuma, o mais rápido possível.

Mais uma vez nossos agradecimentos e parabéns em nome de toda Casa.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há expediente a ser lido e nem oradores inscritos no horário do Pequeno e Grande Expedientes e nem no Horário das Lideranças.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 552/07, de autoria do Poder Judiciário Ofício nº 518/07, que reajusta os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, conforme especifica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 113/07, de 18/09/07, em 1ª Discussão).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 582/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a denominar Anízio Andrade Silva a Escola Estadual de 2º grau do distrito de Campineiro do Sul situada no município de Rosário do Ivaí. **Aprovado. (Publ. no DA nº 091/07, de 13/08/07, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 440/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera o artigo 1º da Lei nº 9804, de novembro de 1991, que declarou de utilidade pública a Associação Formação do Menor Carente - Militares de Cristo de São Carlos do Ivaí, com sede no município de São Carlos do Ivaí e foro no município de Paraíso do Norte. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 539/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/07, que prorroga

os efeitos da Lei nº 11255, de 21 de dezembro de 1995, que dispõe sobre indenização às pessoas detidas sob acusação de terem participado de atividades políticas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CDHCD. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 609/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública, a Associação dos Clubes de Mães de Umuarama, com sede e foro no município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado o substitutivo geral da CCJ.**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 610/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que altera de utilidade pública, a Associação dos Produtores Rurais de Guaiporã - APROGUA, distrito de Guaiporã, com sede no município de Cafezal do Sul e foro na comarca de Iporã. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado o substitutivo geral da CCJ.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 627/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública a Beneficência do Guaiapó, antiga Associação de Moradores do Conjunto Guaiapó, com sede e foro na cidade de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 634/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos de Campo Largo - ADFCL, com sede e foro no município de Campo Largo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. ANTONIO BELINATTI (PP) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, recebi há pouco uma ligação de Londrina, está tendo um clima tenso na Universidade Estadual de Londrina porque o Governo do Paraná cortou R\$ 3 milhões e 600 mil de dinheiro que era destinado para o pagamento de folha de pessoal dos funcionários da Universidade Estadual de Londrina, R\$ 3 milhões e 600 mil; Maringá, R\$ 1 milhão e 200 mil. Não temos ainda

informação de qual foi o montante do corte, qual foi o montante mandado a menos para a Universidade Estadual de Ponta Grossa. É um fato que, pela informação, está gerando um clima de desespero na Universidade Estadual de Londrina e fazemos um apelo ao Governo do Estado para que envie o dinheiro suficiente para pagar todos aqueles servidores que trabalham na Universidade Estadual de Londrina. Portanto, o Governo do Estado mandou menos R\$ 3 milhões e 600 mil e o montante enviado não vai ser suficiente, não vai dar para pagar todo mundo que trabalhou nessa Universidade.

Então, esta Casa como a Casa de Leis, como a Casa do povo, tem o dever de estar solidária neste momento de angústia e aflição que vivem os servidores da Universidade Estadual de Londrina.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 027/07 de autoria da Comissão Executiva, que cria o Centro de Operações Legislativas - COPELEGIS, junto à estrutura organizacional da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 01 de outubro, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 015, 389, 470, 482 e 507/07.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 610/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 611, 620, 635, 638 e 664/07.

Antes porém, gostaria de ratificar o convite aos Srs. Deputados para a Sessão Solene de amanhã, que presta uma homenagem ao Hospital Pequeno Príncipe, recebe a Comissão Estadual dos Idosos e também os jovens Parlamentares do Futuro. Portanto, teremos amanhã, tanto na parte da manhã quanto na parte da tarde, Sessão Solene na Casa.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1898/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9287/07, datado de 01 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a SANTIAGO LOSSO, matrícula nº 622, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, nível NUE-01, licença remuneratória para fins de aposentadoria, nos termos do artigo 2º, da Lei Estadual nº 14502/04.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 194/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7194/07, datado de 13 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para efeito de aposentadoria, na ficha funcional de MUNA BITTAR, matrícula nº 40010, portadora do RG nº 1.976.331-5/PR e do CPF nº 356.243.459-68, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, lotada na Coordenadoria de Expediente, exercendo o cargo de Datilógrafo, os tempos constantes na Certidão do INSS em que prestou serviços a: Banco BAMERINDUS do Brasil S/A, por oito (08) anos, seis (06) meses e dezessete (17) dias, período de 10 de janeiro de 1978 a 05 de agosto de 1986; Clube Sírio Libanes do Paraná, por onze (11) meses e (20) dias, período de 16 de fevereiro de 1987 a 05 de fevereiro de 1988, totalizando o tempo de nove (09) anos, seis (06) meses e sete (07) dias, conforme dispõe o parágrafo 9º, do artigo 201, da Constituição Federal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.09.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 195/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8706/07, datado de 24 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, na ficha funcional de MARTA ALVES DE FREITAS, matrícula nº 40330, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-03, lotada na Coordenadoria de Expediente o tempo de 04 anos, 01 mês e 01 dia, já descontado o tempo em paralelo, para efeito de aposentadoria nos termos do parágrafo 9º, do artigo 201, da Constituição Federal e artigo 130, da lei nº 6174/70, referente aos seguintes períodos de tempo, de acordo com a Certidão do INSS, em anexo; 1 - período compreendido entre 01 de agosto de 1979 e 01 de março de 1981 em que trabalhou na Indústria de Lã e Palha de Aço Sofia Ltda.; 2 - período de 01 de setembro de 1981 a 29 de fevereiro de 1984 em que trabalhou na Nacional Limpeza e Conservação SC Ltda.; e, mandar revogar a Portaria nº 019, de 16 de fevereiro de 1995 que incorporou indevidamente em favor da funcionária, o tempo de 01 ano relativo a um decênio compreendido entre 01 de fevereiro de 1984 e 01 de março de 1994, por não encontrar amparo legal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.09.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 196/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, conforme protocolado nº 9454/95, de 19 de setembro de 1995 em favor de SUELY FAZZINI DA SILVA REIMANN, matrícula nº 40396, funcionária deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de agente administrativo “A” - nível “61”, o tempo de treze (13) anos, um (01) mês e quatorze (14) dias, período compreendido entre 15 de janeiro de 1978 e 30 de janeiro de 1991, de serviços prestados na Secretaria de Estado da Saúde e Bem Estar Social-Fundação da Saúde, conforme parágrafo 2º do artigo 35, da Constituição Estadual.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.09.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 197/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8578/07, de 22 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de ANA LUCIA DA SILVEIRA ANDRETTA, matrícula

cula nº 41029, portadora do RG nº 37.511.200/PR e do CPF nº 584.785.909-00, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de julho de 1990, ocupante do cargo de Consultor Jurídico, nível NUE-03, lotada na Diretoria Legislativa, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe facultava o artigo 248, da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.09.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 198/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8210/07, de 14 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar, ex-offício, ao acervo de serviço público de CLAUDIO GRISALT, matrícula nº 40810, funcionário desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Segurança, seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 01 de junho de 1993 e 01 de junho de 1998, de acordo com o parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98, e nos termos do artigo 248 da Lei nº 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.09.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 199/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8444/07, datado de 16 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar em favor de REGINA CELIA APARECIDA KLINGUE LFUS MENDES, matrícula nº 40363, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Dentista, nível NUE-01, seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1992 a 22 de dezembro de 1997, de acordo com o parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98, e nos termos do artigo 248 da Lei nº 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.09.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 200/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9421, de 12 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, LIDIA SPEZIA, matrícula nº 40622, de 150 (cento e cinquenta) dias, a partir de 04 de setembro de 2007, CID. XF F 33.23 + F 48.0.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.09.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 202/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9412, de 12 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, MARISA CAMARGO DOS SANTOS, matrícula nº 40621, de 30 (trinta) dias, a partir de 28 de agosto de 2007, CID. X T. 84.1.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.08.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Publicações Administrativas:

Balancetes Financeiros

Julho

OFÍCIO Nº 19/2007

Curitiba, 20 de setembro de 2007.

Senhor Diretor:

Pelo presente venho respeitosamente à presença de V. Sa. apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de JULHO/2007, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a V. Sa. protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA

Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Julho	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:31/07/2007
MÊS: Julho	Exercício: 2007	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	17.500.000,00	134.200.000,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transferência Correntes	17.500.000,00	134.200.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	800.000,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	100.000,00	800.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	17.600.000,00	135.000.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	248.060,20	1.162.017,43
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	248.060,20	1.162.017,43
Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	248.060,20	1.162.017,43
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
Caixa	0,00	0,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Bancos	12.196.443,69	8.388.432,08
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	12.196.443,69	8.388.432,08
TOTAL	30.044.503,89	144.550.449,51

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Julho	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 02
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data: 31/07/2007
MÊS:Julho	Exercício: 2007	

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	18.509.101,80	131.312.990,11
Pessoal e Encargos Sociais	15.593.313,48	113.380.824,81
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.915.788,32	17.932.165,30
DESPESAS DE CAPITAL	103.309,80	708.598,55
Investimentos	103.309,80	708.598,55
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	18.612.411,60	132.021.588,66
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	0,00	867,142,56
Pagamentos	0,00	867.142,56
Cancelamentos	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	246.879,26	476.505,26
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	246.879,26	476.505,26
Cancelamento de Outros Créditos	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	246.879,26	1.343.647,82

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	11.185.213,03	11.185.213,03
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	11.185.213,03	11.185.213,03
TOTAL	30.044.503,89	144.550.449,51

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

Agosto

OFÍCIO Nº 18/2007

Curitiba, 20 de setembro de 2007.

Senhor Diretor:

Pelo presente venho respeitosamente à presença de V. Sa. apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de AGOSTO/2007, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a V. Sa. protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA

Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Agosto	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:31/08/2007
MÊS: Agosto	Exercício: 2007	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	18.200.000,00	152.400.000,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transferência Correntes	18.200.000,00	152.400.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	800.000,00
Operações de Créditos	0,00	0,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	800.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	18.200.000,00	153.200.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	439.941,05	1.601.958,48
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	439.941,05	1.601.958,48
Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	439.941,05	1.601.958,48
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	11.185.213,03	8.388.432,08
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	11.185.213,03	8.388.432,08
TOTAL	29.825.154,08	163.190.390,56

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Agosto Exercício: 2007	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 31/08/2007
---	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	20.166.456,06	151.479.446,17
Pessoal e Encargos Sociais	17.076.420,88	130.457.245,69
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.090.035,18	21.022.200,48
DESPESAS DE CAPITAL	16.189,70	724.788,25

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Investimentos	16.189,70	724.788,25
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	20.182.645,76	152.204.234,42
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	0,00	867,142,56
Pagamentos	0,00	867.142,56
Cancelamentos	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	464.609,70	941.114,96
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	464.609,70	941.114,96
Cancelamento de Outros Créditos	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	464.609,70	1.808.257,52
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	9.177.898,62	9.177.898,62
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	9.177.898,62	9.177.898,62
TOTAL	29.825.154,08	163.190.390,56

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

